

# IPTU tem reajuste, IPVA não

*Secretário da Fazenda diz que o aumento médio do imposto sobre imóvel será de 9% no ano que vem*

Da Redação

**N**a sessão extraordinária de terça-feira, os deputados distritais aprovaram reajustes no Imposto Territorial Urbano (IPTU) e na taxa de licenciamento para veículos, que é cobrada pelo Departamento de Trânsito (Detran). A validade da votação vai ser contestada na Justiça pelo deputados de oposição, que alegam irregularidades na apreciação das propostas em plenário. De acordo com um dos projetos aprovados, os moradores do Plano Piloto, por exemplo, vão pagar até 22% a mais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A Secretaria de Fazenda garante que o aumento médio do IPTU ficará em 9%. As alíquotas do IPTU continuam as mesmas, informa a secretaria. O que mudou, segundo o governo, foi a base de cálculo. Os terrenos e o metro construído foram valorizados. Em alguns terrenos, localizados em condomínios, a valorização alcançou 128,57%.

Esse é o caso, por exemplo, de um terreno vazio (sem nada construído) de 450 metros quadrados localizado no Condomínio Vivendas Alvorada. Para o cálculo do IPTU deste ano, o imóvel foi avaliado em R\$ 4.480. Para o ano que vem, a avaliação chegou a R\$ 10.240.

“Todo ano há uma oscilação no mercado imobiliário. Os terrenos valorizam e desvalorizam”, argumenta o secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira. De acordo com ele, a projeção do governo é de que a arrecadação do IPTU aumente cerca de 13% em 2000, em comparação com 1999, chegando a R\$ 145 milhões.

Ao contrário do que o **Correio Braziliense** noticiou ontem, o IPVA não teve aumento de 43%.

O reajuste ocorreu apenas na taxa de licenciamento anual e de manutenção de cadastramento, cobrada pelo Detran dos veículos com mais de dez anos de uso. A taxa passará de R\$ 14 para R\$ 20, o que representa um aumento de 42%.

“Eu desafio alguém a trazer aqui na secretaria uma conta de IPVA no próximo ano que seja superior à deste ano. Não houve aumento”, afirmou Valdivino. Ele adiantou que a arrecadação de IPVA vai diminuir em 2000. Segundo o secretário, em 1999, o valor previsto de recolhimento foi R\$ 88 milhões. “No próximo ano o lançamento previsto é de R\$ 86 milhões”. Valdivino garante que as alíquotas do IPVA permanecem as mesmas — 3% para carros de passeio e 1% para ônibus e caminhões.

“O IPVA não aumentou, mas em compensação os deficientes físicos que tinham isenção do imposto perderam o benefício”, assinala a deputada Maria José Maninha (PT). As cooperativas de motoristas e empresas de táxi também deverão perder a isenção do IPVA. Somente os taxistas autônomos terão o benefício.

Outro ponto polêmico é que o projeto previa a restrição da isenção a apenas um carro por deficiente. O veículo teria de estar obrigatoriamente adaptado para não ter de pagar o IPVA. Para ser aprovada, entretanto, a medida precisa de quórum qualificado, ou seja, 16 votos. Mas o projeto passou apenas com 12. O artigo caiu, deixando uma lacuna sobre esse ponto. “Não há nada na lei agora que garanta o benefício”, enfatizou Maninha.

O projeto também alterou outro benefício. O tempo de circulação de automóveis para que sejam isentos do Imposto de Propriedade de Veículos Auto-

Carlos Moura 2.12.98



**Valdivino: “Todo ano há uma oscilação no mercado imobiliário. Os terrenos valorizam e desvalorizam”**

motores (IPVA) passou de dez para 15 anos. Essa mudança será gradual: em 2000, os veículos com 11 anos de uso serão isentos; em 2001, será a vez dos carros com 12 anos, e assim até 2004, quando atingirá os veículos com 15 anos de uso.

O Partido dos Trabalhadores (PT) vai entrar com dois mandados de segurança no Tribunal de

Justiça do Distrito Federal (TJDF) para anular a votação.

Os projetos que tratam do IPTU e taxa de licenciamento para veículos foram aprovados, por 12 votos a favor e uma abstenção, na noite de terça-feira pela Câmara Legislativa.

Parlamentares do PT alegam que a votação foi irregular porque desrespeita normas do regimento

interno da Câmara Legislativa. “Para que os projetos fossem aprovados seriam necessários 16 votos, mas eles foram aprovados com apenas 12”, destacou o deputado Chico Floresta (PT). “Além de prejudicar a população com o aumento de impostos em um período de absoluta crise, o governo do DF patrocina e apóia uma verdadeira ilegalidade”, destacou.